



ACÓRDÃO Nº533/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11520/2016.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração
- 3- **Embargante:** Felipe Antônio
- 4- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4331
- 5- **Procurador oficiante do processo:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 6- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Determinação.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os Embargos de Declaração interpostos pelo **Sr. Felipe Antônio**, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 148 e seguintes do R/TCE, para;
- 7.2. **Negar Provimento** à interposição do **Sr. Felipe Antônio**, mantendo na íntegra o Acórdão nº 15/2018–TCE–Tribunal Pleno, ante a ausência de contradição e omissão alegadas, como restou comprovado no corpo do Voto;
- 7.3. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que **cientifique** do *decisum* o **Sr. Felipe Antônio**, por meio dos seus patronos, Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato, OAB/AM nº 6.975 e Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, OAB/AM nº 4331, nos termos da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão.

8- **Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- **Data da Sessão:** 14 de Agosto de 2018

10- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

11- **Representante do Ministério Público:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

